

Resenhas

Rui Abrunhosa Gonçalves e Carla Machado (eds.) *Psicologia Forense*. 2005. Coimbra: Quarteto. 365 pp. ISBN : 989-558-074-6

Este livro, editado por dois professores da Universidade do Minho, é de inequívoca utilidade prática e crítica para profissionais de diferentes disciplinas com intervenção na área forense. Apesar de a psicologia forense ser uma área em franco desenvolvimento, a literatura da especialidade, em português e assente numa sólida base científica, é ainda escassa. O livro preenche mais um pouco essa lacuna, fornecendo uma visão global, mas ao mesmo tempo rigorosa, das questões habitualmente contempladas nesta nova disciplina. Instrutivamente, na contracapa do livro é apresentada a seguinte sinopse: 'A avaliação psicológica forense em contextos cíveis e penais é uma área que tem vindo a ser objecto de constantes mudanças e aperfeiçoamentos, com uma ênfase cada vez maior na detecção e prognóstico do risco (de re-vitimação se pensarmos nas vítimas ou de reincidência se pensarmos nos ofensores), pelo que se espera que o conjunto de propostas que este livro encerra constituam um estímulo à investigação e ao desbravar de novos caminhos para responder às necessidades e problemas que entretanto surjam. É no sentido de dotar os profissionais que trabalham nesta área de um conjunto de respostas coerentes e cientificamente sólidas, que esta obra foi pensada e executada'.

O texto introdutório dos coordenadores, 'Psicologia Forense: Razões para um Livro' (p.9 ss), apresenta a motivação para esta obra e as diferentes áreas de intervenção da psicologia forense, enfatiza que o livro 'procura, em primeiro lugar,

colmatar uma lacuna no panorama editorial português, onde são conhecidos desde há muito manuais de psiquiatria forense' [...] e onde a psicologia forense é citada mas não consubstanciada. Por outro lado, e atenta a actualidade jurídica portuguesa, onde cada vez mais os psicólogos são chamados a pronunciar-se e a executar perícias ou exames forenses em casos cíveis e criminais, pareceu-nos que poderia ser de extrema utilidade a apresentação de 'roteiros de avaliação psicológica' que pudessem de algum modo 'guiar' a intervenção dos profissionais em tais tarefas'.

O livro é constituído por três partes. A Parte I é intitulada 'A Avaliação Psicológica Forense' e subdivide-se em quatro capítulos:

'Avaliação Psicológica Forense: Características, Problemas Técnicos e Questões Éticas', de Carla Machado e Rui Abrunhosa Gonçalves (p.19 ss). Para estes autores, a psicologia forense consiste na aplicação dos princípios e conhecimentos psicológicos (não restrito ao conhecimento sobre o crime ou desvio) ao serviço da justiça e às actividades que visam a aplicação das leis. Trata-se de uma área em actual desenvolvimento que tem adquirido crescente relevância no âmbito dos serviços de justiça, por solicitação dos tribunais e pela actualização do psicólogo em variados contextos judiciais. Em particular, a avaliação psicológica forense revela-se fundamental na fundamentação e operacionalização das perícias judiciais. Este capítulo fornece, assim, uma visão global das questões relacionadas com psicologia e direito, constituindo-se como um campo interdisciplinar e dando a conhecer as principais áreas de intervenção do psicólogo forense.

'A Prova Pericial: Enquadramento Legal', de Rui do Carmo (p.33 ss) é o único

capítulo jurídico do livro e discute o enquadramento legal da prova pericial, no direito civil, no direito penal e no direito das crianças e jovens.

‘Relatórios Psicológicos: Exercícios de Aproximação ao Contexto Forense’, de Mário Simões (p.55 ss). O autor centra o seu texto na importância e tarefa/forma de elaboração de relatórios psicológicos, não antes de demonstrada a diferença entre avaliação clínica e avaliação forense. O objectivo essencial deste capítulo é, segundo o seu autor, ‘perceber os objectivos mais importantes, a estrutura, as operações realizadas e a lógica subjacente à elaboração do Relatório Psicológico Forense’ (p.61).

‘La Construcción de la Psicología Jurídica en Europa y su Estatus Actual’, por Ramón Arce (p103 ss), conclui a primeira parte da obra. O autor escreve acerca das psicologias forenses e sobre quem são os psicólogos forenses, acentuando que ‘la psicología jurídica [forense] europea no sólo es europea ni es exclusiva de psicólogos, ni exclusiva de una área de conocimiento sino el resultado de la aplicación de todos los conocimientos psicológicos a la ley’ (p.106). Ramón Arce também nos esclarece acerca do objecto, do método e sobre o estado actual da psicologia forense. E termina o seu texto, considerando que a psicologia forense ‘resulta ser un compendio de todas las posibles aproximaciones psicológicas y metodológicas a la ley de la ley al comportamiento’ (p113).

Na Parte II do livro, os ‘Roteiros para a Avaliação Psicológica Forense’, são apresentados os seguintes capítulos:

‘Avaliação de Ofensores Violentos e Perigosos: O Caso dos Agressores Conjugais’, de Rui Abrunhosa Gonçalves (p117 ss). Neste capítulo, são caracterizados os ofensores violentos e perigosos (OVP), protocolo de avaliação e instrumentos psicometricos, questionários, checklists e exames periciais forenses utilizados na avaliação dos OVP. O autor apresenta, na parte final da discussão um caso forense

concreto.

‘A Avaliação de Ofensores Violentos e Perigosos: O Caso dos Agressores Sexuais’, outro capítulo autorado por Rui Abrunhosa Gonçalves (p.129 ss). Apesar de seguir uma apresentação semelhante ao capítulo anterior, já que se trata da presença de OVP, são privilegiadas as dimensões do risco e do tratamento.

‘Avaliação de Menores Ofensores’, por Paulo Martins e Rui Abrunhosa Gonçalves (p145 ss). Os autores apresentam a metodologia e os instrumentos utilizados para a recolha de informações, junto dos menores com problemas anti-sociais e junto de familiares, amigos e profissionais, ilustrando o tema com quatro casos e acentuando, na conclusão do capítulo, a necessidade da avaliação e intervenção precoce destes jovens.

‘A Avaliação Psicológica de Vítimas de Maus-Tratos Conjugais’, de Marlene Matos (p.159 ss). A autora apresenta um protocolo de avaliação desenvolvido para facultar uma resposta rigorosa e consistente às diferentes solicitações, no domínio dos maus tratos conjugais. Este protocolo utiliza um conjunto de instrumentos de medida, desde a avaliação do funcionamento global da vítima (funcionamento individual e conjugal) até à avaliação da vitimação (credibilidade das alegações, avaliação do risco, da sintomatologia e do impacto da vitimação). O capítulo, após apresentar um caso exemplo, termina com uma reflexão acerca da utilização das provas e testes psicológicos, bem como acerca do perito e dos procedimentos éticos que envolvem as perícias e as necessidades das vítimas

‘Avaliação de Vítimas de Violação’, da autoria de Sofia Neves e Carla Machado (p.187 ss). As autoras definem o texto como um roteiro de avaliação de casos de violação contra mulheres adultas, defendendo uma perspectiva de empowerment das vítimas e da sua despatologização. Depois de apresentarem os instrumentos de avaliação psicológica integrada, termi-

nam com um caso exemplo.

'Avaliação de Vítimas de Abuso Sexual', por Carla Machado e Carla Antunes (p.207 ss), apresentando um protocolo de avaliação de crianças abusadas, estruturado em cinco dimensões, cada uma delas integrando diferentes componentes e procedimentos.

'Avaliação da Negligência e Maus Tratos Físicos', de Carla Machado (p.231), que propõe um modelo com três dimensões centrais (avaliação dos progenitores, da criança e da interação pais-criança) e apresenta-as detalhadamente.

'Avaliação de Crianças Expostas à Violência Interparental', por Ana Isabel Sani (p.247), que descreve alguns dos procedimentos de avaliação utilizados no trabalho com crianças e jovens expostos à violência interparental, enunciando várias técnicas e instrumentos de apoio à avaliação.

'Avaliação do Dano em Processo Cível', autorado por Ângela Maia e Eugénia Fernandes (p.273). Este capítulo é organizado em três partes. A primeira centra-se na avaliação da exposição, enquanto, na segunda parte, são descritos métodos e procedimentos de avaliação de dano psicológico. A terceira e última parte fornece algumas sugestões acerca da elaboração de um relatório sobre dano psicológico, apresentando um possível modelo de relatório.

'Avaliação dos Processos de Regulação do Exercício de Poder Paternal', o capítulo no qual as autoras Carla Antunes, Sónia Caridade e Ana Pereira (p.289 ss) condensam os procedimentos a adoptar na avaliação forense, relativamente ao casos de regulação do exercício de poder paternal.

'O abuso e Negligência de Pessoas Idosas', de José Ferreira Alves (p.319 ss), é o último capítulo desta extensa e intensa segunda parte. Aqui, o autor define abuso em termos operativos, apresenta a prevalência deste e disserta sobre os modelos teóricos que o explicam .

A Parte III deste livro denomina-se 'O Testemunho Forense' (p.345 ss), com dois únicos capítulos: 'O Psicólogo como Testemunha Forense', de Carla Machado e Rui Abrunhosa Gonçalves (p.345 ss), e 'À Descoberta do Tribunal...Um Auxiliar Terapêutico para o Trabalho com Crianças Vítimas de Crime', por Ana Pereira e Rui Abrunhosa Gonçalves (p.353 ss).

Sem pretender ser um tratado exaustivo, este livro constitui, de qualquer forma, uma excelente fonte de informação para estudantes e profissionais de psicologia, psiquiatria, direito, serviços social, educação, medicina legal e criminologia.

Margarida Pocinho

Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra / Instituto Superior Miguel Torga

Felix Berenskoetter e M. J. Williams (eds.). 2007. Power in World Politics. Londres e Nova Iorque: Routledge. 316 pp. ISBN: 978-0-415-42114-0.

Sendo o conceito mais essencial e perene no estudo da política internacional, o conceito de poder é, ao mesmo tempo, dos mais esquivos e contestados em ciência social e política. A obra que aqui se apresenta organiza um conjunto de análises e discussões com ancoragens teóricas nas várias perspectivas teóricas da disciplina de relações internacionais (RI), mas também com a integração de saberes provenientes de outras áreas, procurando evidenciar a complexidade e multidimensionalidade do conceito de poder e encorajar, criticamente, novas formas de o pensar e estudar.

No primeiro capítulo ('Thinking about Power'), Felix Berenskoetter e M. J. Williams introduzem o volume e fazem uma revisão analítica das concepções sociais e políticas de poder presentes em RI, com o objectivo de clarificar questões ontoló-